https://acasadevidro.com/tag/necropolitica/

O ESTADO BRASILEIRO: UMA LEITURA SOB O OLHAR DA NECROPOLÍTICA

Rubens Tavares [1]

Resumo: O artigo tem por objetivo discutir o aumento da violência do Estado, com base na leitura do livro *Necropolítica,* de Achille Mbembe. Esse autor elaborou os conceitos de *necropolítica* e *necropoder*, a fim de entender os motivos que auxiliaram no aumento da violência do Estado em relação à Sociedade Civil. A partir dessa compreensão, é possível estabelecer um contrapoder no tocante ao Estado atual e seu governo.

Palavras-Chave: Estado, Política, Violência, Necropolítica.

Abstract: The article aims to discuss the increase in state violence, based on the reading of the book by Achille Mbembe, which constructs the concept of *necropolitics* and *necropods* to understand the reasons that have contributed to the increase of state violence in relation to Civil Society, as well as a counter power that we can establish if using the concepts developed by Achille regarding the current state and its government.

Keywords: State, Politics, Violence, Necropolitics.

[1] Rubens Tavares, Professor de História do Colégio Estadual do Paraná.

No Brasil, a passagem do período colonialista para o republicano aconteceu quase sem ruptura com as estruturas econômicas, políticas e sociais herdadas do período colonial e que tiveram sua continuidade com a chamada República, cujo movimento pelo alto impossibilitou reformas profundas, como aconteceu na passagem de um momento ou monárquico ou colonialista, como, por exemplo, na Revolução Francesa e a Norte Americana.

No caso brasileiro, o pacto ocorrido entre as elites cafeicultoras e um pretenso pensamento liberal que nunca se concluiu, dá continuidade a um Estado que tem por princípio reprimir os movimentos sociais, sejam quais forem, operando em uma política estatal de morte aos diferentes e repressão aos que não aceitarem a ordem estabelecida.

Assim, o Estado surgido na pós República não se concretiza enquanto um regime político que se estabeleça na construção de um Estado Democrático e de Direito, fundado no bem público acima dos interesses particulares e de grupos sociais. Este "nascimento", que deveria ser o momento republicano no qual o rompimento se concretizaria, não acontece, pois se governa com ações que se aproximam de um Estado de Exceção:

> O estado de exceção, enquanto figura da necessidade, apresenta-se, pois – ao lado da revolução e da instauração de fato de um ordenamento constitucional – como uma medida "ilegal", mas perfeitamente "jurídica e constitucional", que se concretiza na criação de novas normas. (AGAMBEN, 2014, pág.44)

Isso se pode verificar no combate ao movimento de Canudos, quando sertanejos foram combatidos e massacrados em nome de uma normalidade, sendo utilizadas tropas regulares e de jagunços, ou seja, a legalidade jurídica no que tange às tropas regulares e à margem da lei no uso de "milícias" particulares, no caso, os jagunços.

Não se funda a Democracia e muito menos o Estado de Direito e Democrático, ao contrário, ações envolvendo agentes de representação do Estado e os que representam poderes paralelos contrários à Democracia convivem harmoniosamente se ajudando.

Isso acaba formando uma espécie de caldo cultural de apego à violência como possibilitadora de resolver os problemas de ordem político social, educando para o *ódio à Democracia* (RANCIERE, 2014) e, ao mesmo tempo, incentivando a soluções de extermínio por parte das forças de repressão estatais e paraestatais contra o inimigo interno que deve ser exterminado em nome da ordem jurídica, com a legalização dessas ações, em defesa da sacrossanta propriedade privada, legitimadora da própria Democracia do Estado de Direito e da liberdade:

> (...) vivemos em um Mundo que nós dá medo, desemprego pobreza guerra econômica mundial, incapacidade e resignação dos políticos. Teremos o advento de uma Sociedade dominada por uma guerra impiedosa para vencer o "melhor", "o mais competitivo" porque essa lei da economia que parece sobrejulgar, de agora em diante, todas as leis dos homens [...] é o resultado de nossas escolhas coletivas e das estratégias de poder de nossos governos; está inserido no mutismo dos cidadãos que não se erguem mais para dizer o mundo que desejam. O horror político é mais chocante e mais monstruoso que o horror econômico, porque é escolha e aceitação. (GÉNÉREUX, 1998, contracapa)

Diante disso, temos um Estado fortemente educado para pensar a política não enquanto espaço da negociação, do debate e da pluralidade de concepções ideológicas, mas como agente de morte, a política como uma forma de guerra e, por conseguinte, seus cidadãos a serem desprovidos de estatuto político e reduzidos a seus corpos biológicos a meras mercadorias, coisificadas, embrutecidos e fora de sua existência, apenas situados em sua morte física e intelectual. Não se trata somente da separação de classes, mas da eliminação dos enjeitados, dos considerados anormais, dos indesejados, e o terror e o horror devem se estabelecer como normas de contenção e de eliminação dos *corpos dóceis* (FOUCAULT, 1985.). E, de acordo com Achille Mbembe[2], para além da instituição do biopoder, estabelecem-se o *necropoder*:

[2] Nascido nos Camarões é professor de História e Ciências Políticas na Universidade de Witwatersrand em Joanesburgo, bem como na Duke University, nos Estados Unidos. È autor, entre outros, de Crítica da razão negra, De La postcolonie de La grande nuit e politiques de L'inimitié. É considerado um dos mais agudos pensadores da atualidade. Leitor de Fanon e Foucault.

> Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações. (MBEMBE, 2018, p. 10-11)

E a *necropolítica*:

> Como ilustra o caso palestino, a ocupação colonial contemporânea é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolitico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O “estado de sitio” em si é uma instituição militar,. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. (MBEMBE, 2018, p. 48)

Assim, se justifica e garante a exclusão numa nova ordem jurídico social, em que prevalecem as hipóteses, as suposições, a convicção e não as provas, as contraprovas, os argumentos e a comprovação destes. O Estado opera na lógica de Estado de Guerra, da demarcação de territórios, da defesa da soberania sob estes. São exemplos as UPP (Unidades de Policias Pacificadoras) cariocas, que se espalharam pelo país afora, aliadas a uma imprensa adocicada que opera intrinsecamente ligada à necropolitica e seus programas que exibem a morte como espetáculo até a exaustão e aceitação do corpo doente que precisa ser extirpado do convívio social. Essa mídia ajuda a construir a ideia do colapso das instituições e da política enquanto somente espaço da corrupção e dos privilégios:

> O colapso das instituições políticas formais sob a pressão da violência tende a conduzir à formação de economias de milícia. Máquinas de guerra (nesse caso, milícias ou movimentos rebeldes) tornam-se rapidamente mecanismos predadores extremamente organizados, que taxam os territórios e as populações que os ocupam. (MBEMBE, 2018, p. 58)

Aliam-se também os discursos moralizantes conservadores que se fundam na eliminação do contrário e subjulgamento das instituições ao poder do Estado e de suas tecnologias, que imputem a morte, devido ao falacioso argumento da insegurança pública, da perda dos valores tradicionais e sempre

atento ao inimigo de plantão, seja o saber, o sindicato, o partido, tencionando sua eliminação através da violência incentivada pelos representantes do Estado, cultuando os instrumentos da morte e feitichizando as armas como solução para todos os problemas do país.

Diante disso, o tensionamento da corda social se rompeu, com o anonimato das redes sociais, que permite que o mais imbecil se esconda em seus *posts*, *fakes*, navegue nos lugares obscuros da *rede*, dissimule todo o ódio contido no seu imaginário individual e coletivo, despertado de seu sono por outros imbecis que chegam ao poder do Estado, estimulando cada vez mais esse ódio contido e libertando os demônios de suas prisões:

> Nesse caso, minha morte anda de mãos dadas com a morte do outro. Homicídio e suicídio são realizados no mesmo ato. E em larga medida, resistência e autodestruição são sinônimos. Matar é, portanto, reduzir o outro a si mesmo ao estatuto de pedaços de carne inertes, dispersos e reunidos com dificuldade antes do enterro. Nesse caso, trata-se de uma guerra corpo a corpo. Matar requer a aproximação extrema com o corpo do inimigo, para detonar a bomba, é preciso resolver a questão da distancia, por meio do trabalho de proximidade e dissimulação. (MBEMBE, 2018, p. 59)

Ora, a bomba já foi detonada, a morte coletiva é o espetáculo da necropolítica, as armas simbólicas e reais inundam nossas imagens coletivas e individuais, o horror se faz presente, senta ao nosso lado, assiste aos mesmos programas, convive no mesmo espaço territorial e espera que sua ação seja aceita, reproduzida, compartilhada, discutida, atingindo assim o seu principal objetivo: a banalização da morte, de si enquanto omisso e do outro enquanto o não humano. E a comédia se faz presente, “e mais ou menos o meio pelo qual o sujeito humano “voluntariamente engana a si próprio” BATAILLE, 1995, p. 336) e engana ao outro, não havendo passado muito menos futuro, mas um presente que se eterniza lançando suas raízes em direção ao passado, grotesco e velho de ideias e conceitos que se pensavam estavam carcomidos pelo tempo, mas eis que se fazem presentes nesse cotidiano que se entorpece ao discurso da necropolitica, tal como o quadro *Angelus Novus*, de Paul Klee:

> Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca

> dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impede irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce ate o céu. (BENJAMIN, 1993, p. 226)

Mas, para nós, essa tempestade não é o progresso e sim o retrocesso, é a perseguição da desqualificação, a força dos argumentos sendo vencidos pelos argumentos da força, do intimidamento:

> A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, percebemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficara mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma história. O assombro como o fato de que os episódios que vivemos no século XX (XXI) "ainda" sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável. (BENJAMIN, 1993, p. 226)

A violência que se abate em nosso presente se faz presente e sai das entrelinhas, das invisibilidades e tem como catalisador principal o discurso da morte, do desprezo pelo outro, do horror ao político.

Todavia, a contraposição é necessária, pois o espaço social é o espaço da política que transforma o medo em esperança, estimula e enaltece o saber, funda um novo saber, uma nova *espistemé*, sedimentada na cidadania e, sobretudo, no cidadão e na Democracia na plenitude de seus entendimentos.

Referências

AGABEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. (Estado de sitio)

BATAILLE, GEORGES. *Anné 1995- Hegel, La Mort Et Sacrifice.* Oeuvres Completes, V.12.PARIS: GALLIMARD, 1988,

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. São Paulo: Graal. 1985.

GÉNÉREUX, Jacques. *O Horror Político*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*, N-1Edições Rio de Janeiro, 2018.

RANCIÉRE, Jacques. *O Ódio à Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.